

Trabalhos Científicos

Título: Análise Epidemiológica Dos Casos De Microcefalia No Brasil, Entre Os Anos De 2015 A 2024

Autores: LAURA MAYUMI GRAMISCELLI KUWADA (PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS), VICTOR REIS ROCHA (PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS), LAVÍNIA DE FÁTIMA BALDIM MARTINS (PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS), CAMILA DE AGUIAR LIMA FERNANDES (PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS)

Resumo: A microcefalia, definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como recém-nascidos com perímetro cefálico inferior a 2 desvios-padrão para idade gestacional e sexo, ganhou destaque no Brasil durante a epidemia de Zika vírus entre 2015 e 2017, associada à Síndrome Congênita do Zika vírus (SCZ). Avaliar o panorama dos nascimentos de crianças com microcefalia no Brasil durante o período de 2015 a 2024. Utilizou-se dados do Ministério da Saúde/SVS - Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP-Microcefalia), filtrando por etiologia, ano de nascimento e região do Brasil, considerando apenas notificações de crianças com até 28 dias de idade. Por se tratar de dados públicos, não foi necessária a submissão ao comitê de ética para realização. No período estudado, foram registrados 18.354 casos de crianças nascidas com microcefalia. Em 79,81% desses casos, a causa da má formação não foi informada. Entre os casos restantes, 50% foram atribuídos à infecção por Zika vírus, enquanto 38,65% tiveram etiologia desconhecida. Outros 9,36% foram causados por infecções congênicas como sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus ou herpes (conhecidas pelo acrônimo STORCH). As notificações restantes estão associadas a uma coinfeção por Zika e STORCH. A região Nordeste registrou mais da metade dos nascimentos nesse período, totalizando 52,33%, seguida pela região Sudeste com 30%. As regiões Norte, Sul e Centro-Oeste juntas foram responsáveis por 17,60% dos casos. Excluindo os anos de epidemia, foram registrados 5.626 casos até o momento, representando 30,65% das notificações em sete anos de análise. Os dados revelam desafios persistentes relacionados à microcefalia no Brasil. A alta proporção de casos sem causa identificada destaca a necessidade urgente de melhorias na vigilância e no registro epidemiológico. A distribuição geográfica dos casos reforça a importância de estratégias regionais específicas. A continuidade dos registros evidencia a necessidade de políticas públicas contínuas para apoiar as famílias afetadas e promover a saúde materna. A análise dos dados sublinha a importância de medidas preventivas e de monitoramento para mitigar os impactos dessa condição na saúde pública brasileira.